

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVI

FLORIANÓPOLIS, 17 DE AGOSTO DE 2017

NÚMERO 7.158

MESA

Silvio Dreveck
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Mário Marcondes
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
2ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lima
3ª SECRETÁRIA

Maurício Eskudlark
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Darci de Matos
Vice-Líder: Valdir Cobalchini

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Mauro de Nadal

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Milton Hobus

**BLOCO PARLAMENTAR
PP, PR, PSB**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Cesar Valduga

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Jean Kuhlmann - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
José Nei A. Ascari
Darci de Matos
Dirceu Dresch
João Amin
Marcos Vieira
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Manoel Mota
Milton Hobus
Cesar Valduga
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Dóia Guglielmi
Manoel Mota
Gabriel Ribeiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Cesar Valduga - Vice-Presidente
Dirceu Dresch
Manoel Mota
Fernando Coruja
Jean Kuhlmann
Altair Silva

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
Serafim Venzon - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Antonio Aguiar
Romildo Titon
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Gelson Merisio
Altair Silva
Marcos Vieira

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Fernando Coruja
Milton Hobus
Gabriel Ribeiro
José Milton Scheffer
Patricio Destro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
Mauro de Nadal - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Dóia Guglielmi
Valdir Cobalchini
Pe. Pedro Baldissera
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Cleiton Salvaro - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Jean Kuhlmann
Nilso Berlanda
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Valdir Cobalchini - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Neodi Saretta
João Amin
Dóia Guglielmi
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Antonio Aguiar - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Fernando Coruja
Gelson Merisio
Ismael dos Santos
Altair Silva
Cleiton Salvaro
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Mauro de Nadal - Presidente
Cesar Valduga - Vice-Presidente
Fernando Coruja
Dalmo Claro
Dirceu Dresch
Nilso Berlanda
Marcos Vieira

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Patricio Destro
Serafim Venzon
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Serafim Venzon
Ricardo Guidi
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Darci de Matos
Romildo Titon
Manoel Mota
Altair Silva
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Serafim Venzon
Fernando Coruja
Dalmo Claro
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patricio Destro - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Valdir Cobalchini
Fernando Coruja
Neodi Saretta
Nilso Berlanda
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Romildo Titon
Dalmo Claro
Natalino Lázare

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos, bem como editoração, diagramação e distribuição.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVI NESTA EDIÇÃO: 12 PÁGINAS TIRAGEM: 4 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 071ª Sessão Ordinária realizada em 15/08/2017 2 Ata da 072ª Sessão Ordinária realizada em 16/08/2017 6</p> <p>Atos da Mesa Ato da Mesa DL 8 Atos da Mesa 8</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissão Permanente 9 Ofícios 10 Portarias 11 Projetos de Lei 11</p>
--	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 071ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2017

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodí Saretta - Nilso Berlanda - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Silvio Dreveck
Mário Marcondes
Kennedy Nunes
Dirce Heiderscheidt
Maurício Eskudlark

DEPUTADO SILVIO DREVECK

(Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (Orador)

- Fala sobre a gravidade do Diabetes tipo 1 e

tipo 2, esclarecendo a necessidade do uso de insulina pelos pacientes. Afirma que o SUS usa insulina humana, porém destaca que, hoje, existem as insulinas análogas, que facilitam o controle da doença, porém são mais caras que as tradicionais. Reclama que há falta de insulina no país, inclusive em Santa Catarina, ressaltando que as crianças precisam de um tratamento mais firme e por isso necessitam da insulina análoga. Enfatiza que há inúmeras decisões judiciais para o fornecimento de tal insulina.

Lembra que houve a discussão na Assembleia sobre a distribuição ou não das insulinas análogas e foi aprovado um projeto de lei em que o SUS é obrigado a fornecer a referida insulina para os diabéticos tipo 1 e tipo 2 quando a doença não puder ser controlada pelas insulinas convencionais. Adverte que a Lei está em vigor, porém a Secretaria de Saúde recusa-se a aplicá-la e vai entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Não concorda com o posicionamento da Secretaria de que a Lei é rasa e não deva ser cumprida, entendendo como um grande menosprezo à Casa Legislativa e à sociedade catarinense. Relata que apresentou um requerimento na comissão de Saúde para convocar uma audiência com o secretário da Saúde e o Procurador-Geral do estado a fim de debater a questão. Informa que a Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias) já

incorporou ao SUS as insulinas de ação rápida, e assim entende necessário que a Secretaria cumpra a lei e atenda os diabéticos de Santa Catarina. [Taquigrafa: Cristiany]

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora) - Fala sobre a situação de precariedade que está à área da saúde no estado, lembrando que em sua campanha o governador do estado declarou que a sua meta prioritária seria a saúde do cidadão catarinense, criticando também a questão da distribuição de insulina para os diabéticos, comentando que esta Casa aprovou uma legislação específica para estes pacientes, e que agora a Secretária da Saúde não quer cumprir alegando que é inconstitucional.

Aborda assunto sobre o atendimento do Samu em Santa Catarina, que a partir de 2012 passou a ser administrada pela SPDM, Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, e que a prestação de serviço móvel de urgência terceirizada não esta sendo adequada, está causando prejuízo à população do estado, alertando que houve diminuição de 50% de respostas móveis, criando-se instabilidade e insegurança para os socorristas, como também à comunidade, citando que já ocorreu a morte de uma criança na região norte, porque a ambulância não tinha gasolina.

Conclui lamentando que a situação é grave, o atendimento em todo o estado está péssimo, não existe prioridade para casos

móveis de emergência, apelando ao governo e a Secretária da Saúde para que providências sejam tomadas o mais rápido possível.

Deputado Antônio Aguiar (Aparanteante) - Informa que no caso da morte da criança não havia também médico para acompanhar a paciente. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Menciona sua participação em eventos e reuniões durante o recesso parlamentar, destacando a problemática da queda de energia elétrica nos dias de chuva e vendavais para os agricultores, principalmente os que ficam perto das áreas de reflorestamento de árvores exóticas.

Conclama os srs. deputados para se empenharem na busca de soluções para suas regiões, como na questão das estruturas de subestações e a falta de rede trifásica para o interior catarinense. [Taquígrafa: Sílvia]

Partidos Políticos

Partido: PSD

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Utiliza-se de um vídeo para ilustrar a convenção das Assembleias de Deus de Santa Catarina e do sudoeste do Paraná, realizada em Joinville, na semana anterior, ocasião em que foi homenageado pelo seu mandato e representado por sua esposa, Sigiane Nunes, a quem agradece, com muito carinho. Na oportunidade, estende seu agradecimento à Junta Executiva da convenção e à comissão Pró-Política do partido, e justifica que a sua ausência em tal evento ocorreu pela participação em missão oficial nos Estados Unidos, na Conferência da NCSL, evento internacional de líderes, especialistas e políticos das Américas.

Em relação ao tema abordado na referida conferência, pontua o avanço da tecnologia e seu efeito na educação da geração futura, defendendo a abordagem de tal assunto no Parlamento para que o jovem possa descobrir o seu caminho profissional, sugerindo o sistema STEM, apresentado no seminário, que é atuação da Fundação Capes com o Conselho Britânico/Fundo Newton, que possibilita a inovação curricular no sentido de acompanhar o desenvolvimento do estudante na escola, incentivando-o na descoberta da sua tendência profissional. [Taquígrafa: Elzamar]

Partido: PT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Comenta que a bancada do PT tem uma posição muito clara e contrária a proposta que chamam de reforma política, principalmente quanto ao voto "distritão", que considera uma manobra para tentar proteger os deputados que votaram para não apurar o processo de corrupção contra Temer. Também alerta que tal sistema vai proibir o eleitor de promover mudanças.

Também faz referência ao Parlamentarismo, que está sendo sugerido pela elite que tem medo que o povo escolha novamente o presidente Lula. Afirma que a maioria dos parlamentares só está pensando em se salvar, deixando em segundo plano a preocupação com o país e o povo brasileiro. Conclama todas as entidades, organizações e lideranças políticas para se engajarem na luta contra este golpe, chamado "distritão".

Registra que tem acompanhado reportagens de que o governo do estado está passando o chapéu com empresários para recolher um dinheiro e pagar as contas, especialmente da Saúde. Questiona as isenções fiscais, as renúncias fiscais, os incentivos fiscais, considerando que não existe transparência para que a sociedade possa acompanhar. Também indaga quais critérios são usados para concessão do Refis, e se as

empresas que dele se beneficiam são as que pagam seus impostos em dia. Cita também o empréstimo que foi feito a juros de 14%, ressaltando que são estas articulações que deixam o povo catarinense sem saúde e educação. [Taquígrafa: Sara]

Partido: PR

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Preocupa-se com a questão da Saúde no estado, especialmente com a dificuldade de se conseguir a internação, a falta de medicamentos nos hospitais públicos e a ausência de condições de infraestrutura básica para o atendimento.

Pede a atenção da Secretaria de Segurança Pública (SSP) com relação ao conflito entre a Polícia Militar e a Guarda Municipal de Balneário Camboriú. Reconhece que o atual prefeito herdou uma guarda armada, transformada em polícia e com grupo tático, porém entende que a atividade da guarda é de proteção do patrimônio público, não de combate e enfrentamento do crime organizado. Espera que a SSP possa assegurar que a segurança seja garantida pela Polícia Militar. [Taquígrafa: Cristiano]

Partido: PP

DEPUTADO ALTAIR SILVA (Orador) - Registra que participou em data anterior, na cidade de Tijucas, de uma audiência pública para discussão de mudanças no trânsito realizadas pela Autopista Litoral Sul, na BR-101, com a participação de prefeitos, empresários, colegas deputados, lideranças da região, e da comunidade, citando que estas alterações prejudicaram toda a população do vale do Rio Tijucas.

Destaca que foi assumido compromisso pela ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres, e pela Autopista Litoral Sul, de no prazo de 20 dias, apresentar estudo para readequar a situação, esperando que seja apresentado alternativas, agradecendo a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Casa pelo apoio a esta iniciativa.

Anuncia que na presente data apresentou projeto de lei, que trata da escola sem partido, é um movimento em nível nacional, comentando que assumiu o desafio, e que não existe pretensão de contrariedade contra nenhum partido, e que o debate é para conscientizar as escolas que os alunos devem ter liberdade para estudar, e que não sejam doutrinados com ideologias políticas, que o foco essencial deve ser a educação, e que bandeiras partidárias devem ser deixadas de lado.

Finaliza afirmando que o assunto será para a melhoria e contribuição à educação, condenando a doutrinação partidária nas escolas, e agradecendo ao deputado Maurício Eskudlark, pela oportunidade em compartilhar o seu horário na tribuna. [Taquígrafa: Ana Maria]

Partido: PMDB

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Orador) - Cita a oportunidade que a Câmara dos Deputados tem de fazer a reforma política para o país ao mencionar a aprovação do "distritão" na comissão Especial da referida câmara, bem como o financiamento público de campanha.

Recorda com saudades do ex-governador do estado, Luiz Henrique da Silveira, quando em 2002 percorreu o estado com a expressão 'descentralização' ao exemplificar o modelo clássico da relação de distância entre o município de Santa Terezinha do Progresso e Brasília, dizendo que o recurso quando chegava já não era suficiente para sanar as demandas dos municípios. Assim, a importância das secretarias regionais é no sentido de levar desenvolvimento às regiões longínquas, como o de

turismo na cidade de Palmitos. Ao mesmo tempo, relaciona a questão das UPAs prontas pelo Brasil afora que os prefeitos não têm condições de colocá-las em funcionamento devido a falta de recursos.

Cita que a Espanha levou 17 anos para implantar o sistema descentralizado e o aprimora a cada ano em busca do melhor. Pensa que a questão a ser debatida é sobre a redução do número agências de desenvolvimento. Critica que nomeá-las como caos financeiro em Santa Catarina não condiz, pois os cargos já existiam na grande Florianópolis e foram levados para o interior do estado. Acredita que o citado ex-governador restabeleceu a dignidade do povo catarinense esquecido no interior ao participar e discutir as necessidades dos cidadãos. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PDT

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Orador) - Tece comentários sobre a atual reforma política preconizada no Congresso Nacional, em regime de urgência, atribuindo novas regras eleitorais em benefício dos atuais deputados e senadores para mantê-los no poder por meio da proposta do "distritão", que reduz consideravelmente o número de candidatos, enfraquecendo os partidos e a democracia. Na sequência, cita a lista fechada que dificulta a renovação de candidatas, clamor da sociedade, além de subtrair dos cofres públicos o montante de R\$ 3, 6 bilhões para financiamento de suas campanhas.

Entretanto, manifesta a favor da cláusula de barreira que limita a proliferação de partidos, uma vez que seus integrantes comercializam votos às vésperas das eleições.

Finalmente, em nome do PDT, rejeita as pretendidas reformas que visam tão somente a interesses particulares em detrimento da sociedade brasileira. [Taquígrafa: Elzamar]

Partido: PSDB

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) - Manifesta apoio ao pronunciamento do deputado Rodrigo Minotto, que se posicionou quanto ao sistema eleitoral proporcional em vigor no Brasil e em praticamente 75% dos demais países. Declara que tal sistema é um dos melhores, pois valoriza o partido, os jovens e pessoas que pretendam ingressar na política, mantendo aqueles que prestam um bom trabalho.

Comenta que os eleitores estão sendo cadastrados biometricamente em municípios do interior do estado, e que muitas pessoas encontram dificuldade de deslocamento até os cartórios eleitorais, especialmente no oeste. Destaca que o eleitor está interessado em se cadastrar, manifestando interesse em participar do processo eleitoral. Desta forma, parabeniza Antônio do Rego Monteiro Rocha, presidente do TRE, que pretende implantar um sistema itinerante de cadastramento.

Ressalta a importância da participação do povo neste momento tão importante, que é a escolha dos seus líderes políticos, que vão delinear e projetar o futuro do Brasil. [Taquígrafa: Sara]

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Dá início à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto n. 00802/2017, que dispõe sobre o veto total ao PL n. 0193/16, de autoria do deputado Gean Loureiro, que declara integrante do patrimônio cultural imaterial do Estado de Santa Catarina a Associação Coral de Florianópolis.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão. Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Kennedy Nunes, Luciane Carminatti e Darci de Matos. Em votação. Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no. (Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)	institui a Semana de Homenagem aos Heróis de Santa Catarina. Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global. Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e, de Segurança Pública. Em discussão. (Pausa) Em votação. Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram. Aprovado. Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0277/2017, de autoria da comissão de Constituição Justiça, que altera o anexo único da Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para dar nova denominação à Sociedade Corpo de Bombeiros Comunitários de Videira. Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça. Em discussão. (Pausa) Em votação. Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0278/2017, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera o anexo único da Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para transferir o nome do Centro de Valorização Humana Moral e Social - Fazenda Santo Agostinho, do rol das entidades de utilidade pública sediadas no município de Angelina para o de Palhoça. Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça. Em discussão. (Pausa) Em votação. Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0007/2016, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que altera os arts. 5º e 6º da Lei Complementar nº 587, de 2013, para estabelecer percentual mínimo de 10% de vagas, para o sexo feminino, em concursos e no ingresso no estado efetivo das instituições militares do Estado de Santa Catarina. Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Segurança Pública. Em discussão. Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Darci de Matos, Maurício Eskudlark, Luciane Carminatti e Kennedy Nunes. Em votação. Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.	(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.) DEPUTADO ALDO SCHNEIDER DEPUTADO ALTAIR SILVA sim DEPUTADA ANA PAULA LIMA DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim DEPUTADO CESAR VALDUGA DEPUTADO CLEITON SALVARO sim DEPUTADO DALMO CLARO não DEPUTADO DARCÍ DE MATOS sim DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT não DEPUTADO DIRCEU DRESCH não DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI sim DEPUTADO FERNANDO CORUJA não DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO DEPUTADO GELSON MERISIO sim DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim DEPUTADO JOÃO AMIN não DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI DEPUTADO KENNEDY NUNES sim DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI sim DEPUTADO MANOEL MOTA sim DEPUTADO MARCOS VIEIRA DEPUTADO MÁRIO MARCONDES sim DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK sim DEPUTADO MAURO DE NADAL DEPUTADO MILTON HOBUS sim DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim DEPUTADO NATALINO LÁZARE sim DEPUTADO NEODI SARETTA sim DEPUTADO NILSO BERLANDA sim DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO sim DEPUTADO RICARDO GUIDI sim DEPUTADO RODRIGO MINOTTO sim DEPUTADO ROMILDO TITON sim DEPUTADO SERAFIM VENZON sim DEPUTADO SILVIO DREVECK DEPUTADO VALDIR COBALCHINI Está encerrada a votação. Votaram 26 srs. deputados. Temos 21 votos "sim", cinco votos "não" e nenhuma abstenção. Está mantido o veto. Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0203/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta, que institui o Dia de Conscientização sobre a Fissura Labiopalatina, no Estado de Santa Catarina. Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e, de Saúde. Em discussão. (Pausa) Em votação. Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0404/2016, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que
---	--	--

Pedido de Informação n. 0078/2017, de autoria do deputado João Amim, a ser enviado aos secretários da Saúde e da Fazenda, solicitando informações acerca da dívida do CEPON, bem como sobre o cronograma para adimplemento deste débito.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0079/2017, de autoria do deputado João Amim, a ser enviado ao Comandante da Polícia Rodoviária Militar, solicitando informações acerca de projeto para aumentar a segurança na Rodovia SC-401.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0080/2017, de autoria do deputado João Amim, a ser enviado ao Presidente do Deinfra, solicitando informações acerca de projeto para aumentar a segurança na Rodovia SC-401.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0081/2017, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao Secretário da Saúde, solicitando informações acerca do atendimento no Centro Oncológico de Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0082/2017, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao Secretário de Estado da Fazenda, solicitando informações acerca dos devedores que aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal (PREFIS), bem como os devedores inscritos e não inscritos na dívida ativa aptos a aderir.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Dirceu Dresch e Mário Marcondes.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0136/2017, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviada a Diretoria do Centro de Recuperação Nova Esperança, manifestando aplausos pelo reconhecimento como uma das 100 melhores ONGs do Brasil em 2017, na primeira edição do evento promovido pela Revista Época em parceria com o Instituto DOAR.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0137/2017, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário da Educação, apelando para que sejam envidados todos os esforços necessários para que a Escola Básica Maestro Francisco Manoel da Silva, localizada no bairro Vila Nova, no Município de Joinville, continue em pleno funcionamento.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0138/2017, de autoria do deputado Natalino Lázare, a ser enviada ao Gerente da Empresa BRF S/A, Unidade Videira, cumprimentando pela passagem dos 83 anos de história.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0139/2017, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, manifestando contrariedade à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.239 e defende sua improcedência. (Contesta o Decreto nº 4887/03 que regulamenta o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias)

A Presidência, por solicitação dos srs. deputados Antônio Aguiar e Serafim Venzon, retirou a matéria de pauta.

Moção n. 0140/2017, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviada ao Conselho Municipal Antidrogas de Campos Novos, manifestando aplausos pela trajetória na prevenção ao uso indevido e abuso de drogas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0761/2017, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0762/2017, 0763/2017 e 0764/2017, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0765/2017, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0766/2017 e 0771/2017, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0767/2017, de autoria do deputado Natalino Lázare; 0768/2017, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0769/2017, de autoria do deputado Manoel Motta; 0770/2017, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0772/2017, de

autoria do deputado Patrício Destro; 0773/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta; e, 0774/2017, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Igualmente, a Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0578/2017, 0579/2017, 0580/2017, 0583/2017, 0584/2017, 0585/2017, 0586/2017 e 0587/2017 de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0581/2017, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0582/2017, de autoria do deputado Natalino Lázare; 0588/2017, 0589/2017, 0590/2017, 0591/2017, 0592/2017, 0593/2017, 0594/2017, 0595/2017, 0596/2017, 0597/2017 de autoria do deputado Mário Marcondes; e 0598/2017 de autoria do deputado José Nei Ascarí.

Finda a pauta da Ordem do dia.

A Presidência suspende a sessão, por até dez minutos, para que possam usar a tribuna os srs.: Rodolfo Schlickmann, gerente geral da Sokhrates no Brasil e, Sara Oviedo Fierro, ex vice-presidente do Comitê dos Direitos as Infância da ONU e Embaixadora do Sokhrates, para sua manifestação sobre a Sokhrates, uma nova rede social humanitária. [Coordenadora: Carla]

Explicação Pessoal

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador)

- Faz um relato sobre as atividades que tem desenvolvido como presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Serviços e Empresas Públicas, destacando a realização de audiência pública recente para tratar da função estratégica dos Correios, bem como os debates sobre o setor energético e as ações em defesa da Casan e da Celesc.

Repercutiu reunião que manteve em seu gabinete com funcionários de bancos públicos. Afirma que o governo federal tem colocado em prática uma política de desmonte, com demissão incentivada, estagnação de contratação, fechamento de unidades e a consequente sobrecarga de trabalho nas agências remanescentes. Critica o fechamento de agências em municípios de pequeno porte por falta de segurança.

Defende os bancos públicos pelo importante papel social, advertindo para o risco de deixar as políticas de habitação e de desenvolvimento agrícola reféns do bom humor e da vontade do mercado. Entende necessário o fortalecer cada vez mais o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal como reguladores de mercado e pela importância dos programas habitacionais, de saneamento e de financiamento à agricultura que desenvolvem. [Taquígrafa: Cristiany]

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, especial, para a presente data, às 19h, para a concessão de Título de Cidadão Catarinense ao sr. Luciano Buligon, prefeito de Chapecó.

ATA DA 072ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2017

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Mário Marcondes

Maurício Eskudlark

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES

(Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador)

- Comunica que em data anterior, a Casa recebeu a visita de inúmeras entidades, que vieram exigir respostas a dois encaminhamentos para o *impeachment* do governador Raimundo Colombo. Comenta que há dois conjuntos de regras regimentais e constitucionais, que dizem respeito a casos de processo para avaliação de crime de responsabilidade do governador ou de secretários, cobrando do presidente da Alesc o cumprimento do Regimento Interno, e que também não criou comissão Especial para emitir parecer sobre esta representação.

Justifica que não está concordando ninguém, mas que existe um procedimento a ser respeitado, e espera que seja dada devida atenção aos apelos da sociedade catarinense, das lideranças do estado à representação que fizeram à Assembleia Legislativa.

Informa que esteve visitando o Incra, Instituto de Reforma Agrária do estado, devido a processo de mobilização de ocupação de trabalhadores assentados, denunciando a falta de iniciativa deste órgão em dar continuidade aos processos de assentamento no estado, e que não assume decisões já tomadas pelo Poder Judiciário, citando áreas em Abelardo Luz e Xanxerê, onde os agricultores ainda estão esperando a desapropriação, deixando as famílias sem cumprir a sua função social em tornar as áreas produtivas.

Conclui apelando ao Incra para que resolva a situação destes produtores rurais, e que vai ficar atento, pois os sem-terra precisam produzir, e ajudar Santa Catarina e o nosso país na produção alimentos. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora)

Retoma o tema que trata da violência contra a mulher catarinense ao enumerar crimes hediondos que ocorrem a cada 12 minutos diariamente, evidenciando a vulnerabilidade a que estão submetidas.

Menciona que as políticas públicas por parte do governo estadual tiveram avanços pífios, mesmo quando se considera o estado de Santa Catarina como um dos melhores na área de turismo, porém ocupa o quarto lugar em número de feminicídios, que é o assassinato de mulheres em contextos marcados pela desigualdade de gênero. Assim, pede políticas públicas de proteção à mulher e como parlamentar feminina não se calará, fará a discussão para que os números diminuam ao elencar os anos de 2010 e 2016, quando foram registrados 21 mil e 29.933 casos de violência contra a mulher respectivamente.

Deputado Dirceu Dresch (Aparteante) - Corroborar com a fala da deputada e questiona porque o tema não é discutido nas escolas. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

(Oradora) - Faz menção a um tema relevante que é o acesso de estudantes à universidade, e enobrece os governos de Lula e de Dilma Rousseff, presidentes que conseguiram colocar os jovens da escola pública a frequentar um curso superior.

Destaca que o estado de Santa Catarina colocou em prática a Lei do Art. 170, da Constituição Estadual, garantindo 5% de seu orçamento a bolsas de estudo e pesquisas às universidades comunitárias com percentual de 90% e 10% aos estabelecimentos particulares. Entretanto, lamenta que o governo estadual desde 2011 a 2016 não cumpre a referida lei, representando o montante de R\$ 1 bilhão, porém foi repassado 1/3 que equivale o valor de R\$ 743,03 milhões, prejudicando os estudantes do Sistema CAF e das universidades particulares, segundo dados do Tribunal de Contas do estado.

Para finalizar, ratifica que todo estudante tem direito à bolsa de estudos e que o Parlamento precisa encabeçar essa luta, garantindo a aplicação de 5%, constante na lei.

Deputado Ismael dos Santos (Aparteante) - Parabeniza a deputada pela intervenção no assunto, afirmando também a necessidade da participação ativa dos deputados e pressão ao governo para quitar o referido débito. [Taquígrafa: Elzamar]

Partidos Políticos

Partido: PSDB

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador)

Cumprimenta o diretor do Hospital Infantil dr. Carlos Scheller, bem como os médicos Roberto Souza Moraes e André Aguiar, que participaram da audiência pública na presente data, e também a equipe de administração do hospital. Lamenta que a atual estrutura da Secretaria da Saúde faça com que todos os hospitais públicos dependam de decisões da Secretaria Central, vinculados ao tempo da lei de licitação, para fazer compras de material para UTI e centro cirúrgico. Adverte que, se não houver uma mudança urgente, corre-se o risco de ter salas de cirurgias fechadas por falta de material e equipamento, enquanto há enorme fila de pacientes necessitando de atendimento. Manifesta apoio para fazer as adequações legais necessárias para que a população volte a ser devidamente atendida.

Declara-se decepcionado com o que foi votado e aprovado ontem na comissão Especial da Reforma Política, que prevê a criação do "distritão" e, a partir de determinada data, com a proposta de voto distrital. Afirma que não viu na reforma algo que de fato diminua os gastos com propaganda de rádio e televisão. Ressalta que, em tal sistema, o candidato e o eleitor ficam reféns dos marqueteiros que criam os melhores personagens.

Também comenta que essa reforma, em Santa Catarina, significa R\$ 100 milhões, que atenderiam 100 mil pacientes que de fato estão na fila. Considera que a reforma que devia acontecer não está acontecendo. [Taquígrafa: Sara]

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

(Oradora) - Tece considerações sobre o concurso público promovido pela Secretaria de Estado da Educação que será realizado em Santa Catarina para a contratação de professores em diferentes áreas. Ressalta que o número de professores concursados no estado é bem menor do que o de contratados. Por isso, manifesta indignação com o número irrisório de vagas abertas com o concurso, entendendo que de maneira alguma suprirão a necessidade real das escolas públicas catarinenses.

Destaca como aspecto positivo a inclusão de vagas para professores bilíngues que atenderão as unidades indígenas catarinenses, porém entende que o concurso não vai atender o grande desafio da educação em Santa Catarina, que é ter uma equipe de professores concursados nas escolas que conheçam bem o estudante e possam continuar o trabalho no próximo ano. [Taquígrafa: Cristiany]

Partido: PMDB

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (Orador)

- Comenta que o Brasil vive um momento de absoluta desconexão da classe política com a sociedade, quando o Congresso Nacional propõe o voto "distritão", coisa exdrúxula, que não existe em local nenhum do mundo, considerando exagero também o gasto de R\$ 3,6 bilhões para financiar as eleições, destacando que no momento o rombo fiscal é estrondoso, que as contas públicas estão comprometidas, e votar uma reforma política com esta crise, é zombar da população brasileira e ficar indiferente com o que está acontecendo no país.

Salienta que em Santa Catarina a situação não é diferente, porque o estado está produzindo para os próximos anos um rombo fiscal, dívidas públicas que podem ser catastróficas, citando que o atual governo criou dificuldades para o futuro em várias áreas, e a dívida vai se ampliar muito a partir do próximo ano, devido a muitos empréstimos com juros altos.

Finaliza dizendo que o próximo governo estadual vai ter além do já previsto, um incremento em dívidas, e que vai tornar insustentável administrar Santa Catarina, e que existe falta de preocupação com o futuro. [Taquígrafa: Ana Maria]

Partido: PCdoB

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador)
- Reporta-se à Lei n. 15.596, de 2015, de proposição da deputada Angela Albino, que instituiu a Semana de Conscientização Sobre os Direitos das Gestantes em Santa Catarina e enaltece o trabalho desenvolvido pela referida deputada quando exerceu seu mandato na Alesc, mencionando seu empenho ao apresentar juntamente com o deputado Darci de Matos, o Projeto de Lei n. 16.869/2016, que dispõe sobre a presença de doulas durante o andamento de trabalho de parto e pós-parto. Ao mesmo tempo, exalta a deputada estadual paulista do PCdoB, Leci Brandão, por apresentar um dos primeiros projetos de lei estadual no mesmo sentido.

Menciona o PL n. 0046/2016 de sua autoria que trata da instituição do Dia Estadual das Doulas, bem como a iniciativa de instituir em Santa Catarina o 'selo lugar amigo da amamentação' nos estabelecimentos comerciais, a fim de garantir o melhor alimento do bebê. Ressalta o teor do PL n. 0066/2017 que trata da implantação de política pública estadual de atendimento às gestantes e parturientes, o qual foi desenvolvido em parceria com o movimento de mulheres para valorizá-las já que representam mais da metade da nossa população. Cita projeto de iniciativa do partido que veda o uso de algemas em presidiárias parturientes no Brasil.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Suspende a sessão até o início da Ordem do Dia. [Taquígrafa: *Sílvia*]

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0085/2016, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que acresce o art. 36-A e o §6º ao art. 40 da Lei nº 14.675, de 2009, que Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

Conta com parecer das comissões de Constituição e Justiça; de Turismo e Meio Ambiente; e, de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Valdir Cobalchini e Natalino Lázare.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0169/2017, de autoria do deputado Altair Silva, que declara de utilidade pública a Associação dos Apicultores de Águas Mornas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0180/2017, de autoria do Governador do Estado, que altera o art. 3º da Lei nº 11.522, de 2000, que cria o Conselho Estadual de Alimentação Escolar e adota outras providências. (Regime de Urgência)

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; Finanças

e Tributação; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0184/2017, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública a Associação de Voluntários da Maternidade Darcy Vargas, de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0185/2017, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, que declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro Anchieta, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0188/2017, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que declara de utilidade pública o Instituto em Gerontologia Aplicada - INTEGRA Jaraguá do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0194/2017, de autoria do deputado Cleiton Salvaro, que declara de utilidade pública a Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de Criciúma.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único de Projeto de Lei n. 0198/2017, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de Santa Terezinha do Progresso. (atendimento às séries iniciais da rede municipal de ensino e uso da quadra poliesportiva).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0211/2017, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro, que declara de utilidade pública a Fundação Instituto de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão do Centro de Ciências Agroveterinárias (FIEPE/CAV), de Lages.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0243.7/2017, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que declara de utilidade pública o Instituto de Pesquisa da Arte pelo Movimento, de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0313/2016, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores Vila Nova (AMOVIN), de Guaramirim.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0360/2015, de autoria do Governador do Estado, que altera o art. 2º da Lei nº 15.506, de 2011, que autoriza a doação de imóvel no Município de Biguaçu. (implantação área de lazer)

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0005/2017, de autoria do deputado Natalino Lázare, que concede Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Odacir Zonta.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0046/2016, de

autoria do deputado Cesar Valduga, que institui o Dia Estadual das Doulas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e, de Saúde.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0083/2017, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado aos secretários da Fazenda e da Administração, solicitando informações acerca do pagamento de pensões especiais.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0084/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao secretário de Estado da Fazenda, solicitando informações acerca de valores provenientes do recurso de compensação financeira, bem como retornos gerados pelas aplicações e aplicações futuras previstas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0135/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde, manifestando contrariedade ao possível encerramento das atividades no Hospital Santa Teresa, no Município de São Pedro de Alcântara.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0139/2017, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, manifestando contrariedade à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.239 e defende sua improcedência. (Contesta o Decreto nº 4887/03 que regulamenta o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias)

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0781/2017, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que solicita o envio de mensagem ao Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando informações acerca das contas bancárias existentes cuja ação judicial tenha sido proposta pelo Ministério Público contra o Governo do Estado tendo por objeto o sequestro de bens para garantir recursos para a Saúde Pública municipal/estadual.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0775/2017, de autoria do deputado Dóia Guglielmi; 0776/2017, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0777/2017 e 0778/2017, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0779/2017 e 0780/2017, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0782/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Igualmente, a Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários,

conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0599/2017, de autoria do deputado Altair Silva; 0600/2017 e 0601/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta; e, 0602/2017, de autoria do deputado Mário Marcondes.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

[Coordenadora Carla]

Explicação Pessoal

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Notícia que participou, juntamente com o governador Raimundo Colombo, da inauguração da ala de emergência e de urgência, do Hospital Maicé, no município de Caçador, com a presença de membros da Associação Empresarial de 11 entidades da cidade, constituindo um conselho consultivo para administrar o referido hospital, sob a presidência do empresário Leonir Tesser, tornando-o referência em alta complexidade em várias áreas da saúde.

Destaca que 50% os valores investidos naquele estabelecimento de saúde foram doados pelo presidente e engenheiro José Adami Neto, filho do grande benfeitor da cidade, Vitor Adami, citando também vários outros exemplos de generosidade, como o presidente da Havan, Luciano Hang.

Por fim, manifesta o reconhecimento da colaboração também da classe política, promovendo uma nova era do poder público com a classe empresarial.

Deputada Ana Paula Lima (Aparteante) - Parabeniza o conselho consultivo pela iniciativa exemplar, reestruturando o Hospital Maicé, ressaltando a colaboração do Poder Legislativo por meio de emenda parlamentar do deputado federal Décio Lima. [Taquigrafia: Elzamar]

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 037-DL, de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Gelson Merisio para ausentar-se do País, no período de 10 a 19 de setembro do corrente ano, a fim de viajar em missão oficial a Israel e à Itália.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 17 de agosto de 2017.

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente

Deputada Dirce Heiderscheidt - 2ª Secretária

Deputado Maurício Eskudlark - 4ª Secretário

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO DEPUTADO GELSON MERISIO

OFGABGM/317/2017

Florianópolis, 15 de agosto de 2017.

Ao Excelentíssimo

SILVIO DREVECK

Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Nesta

Exmo Senhor Presidente

Solicito autorização para me ausentar do país para acompanhar o Senhor Presidente e o Poder Executivo Estadual em viagem oficial a Israel e à Itália, no período de 10 a 19 de setembro deste ano.

Atenciosamente,

Gelson Merisio
Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 16/08/17

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 449, de 17 de agosto de 2017

Altera o Ato da Mesa nº 396, de 2011, que "Dispõe sobre o registro e controle de frequência dos servidores no âmbito da Assembleia Legislativa, e adota outras providências."

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições previstas no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 4º do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Para efeitos deste Ato, é considerado expediente diário a jornada de trabalho de 6 (seis) horas ininterruptas, cumprido no período compreendido entre 7h e 21h, a critério do chefe imediato, observado o disposto no parágrafo único do art. 1º deste Ato.

Parágrafo único. A jornada de trabalho para servidor à disposição da Alesc é a mesma a que estaria submetido no respectivo órgão de origem, quando menor do que a jornada de trabalho estabelecida no caput." (NR)

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de setembro de 2017.

Art. 3º Fica revogado o parágrafo único do art. 6º do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011.

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Kennedy Nunes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 450, de 17 de agosto de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR o servidor **JOAO GABRIEL PEREIRA ZIMMERMANN**, matrícula nº 7211, da Comissão Legal - Comissão Permanente de Licitações, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Gratificação de Exercício, a contar de 1º de setembro de 2017.

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Kennedy Nunes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 451, de 17 de agosto de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR o servidor **JOAO GABRIEL PEREIRA ZIMMERMANN**, matrícula nº 7211, da função de Assessoria técnica-administrativa - Suporte Administrativo, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de setembro de 2017 (DA - Coordenadoria de Licitações e Contratos).

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Kennedy Nunes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 452, de 17 de agosto de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 20 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

DESIGNAR o servidor **CARLOS HENRIQUE**

MONGUILHOTT, matrícula nº 2016, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, como membro da Comissão Legal - Permanente de Licitações, atribuindo-lhe a gratificação de exercício no valor equivalente a PL/FC-3, a contar de 1º de setembro de 2017.

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Kennedy Nunes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 453, de 17 de agosto de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

Art. 1º DESIGNAR o servidor **JOAO GABRIEL PEREIRA**

ZIMMERMANN, matrícula nº 7211, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica de Controle, código PL/FC-6, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de setembro de 2017 (MD - Controladoria-Geral).

Art. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, enquanto estiver no exercício de função de confiança, o servidor não perceberá adicional de exercício.

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Kennedy Nunes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 454, de 17 de agosto de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

Art. 1º DESIGNAR o servidor **EDER DE QUADRA SALGADO**, matrícula nº 1265, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assistência Técnica-Patrimônio, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 15 de agosto de 2017 (DA - CRM - Gerência de Patrimônio).

Art. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, enquanto estiver no exercício de função de confiança, o servidor não perceberá adicional de exercício.

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Kennedy Nunes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 455, de 17 de agosto de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

Art. 1º DESIGNAR o servidor **ANIBAL CANTALICIO**

ESTANISLAU, matrícula nº 1907, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assistência Técnica-Patrimônio, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 15 de agosto de 2017 (DA - CRM - Gerência de Patrimônio).

Art. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, enquanto estiver no exercício de função de confiança, o servidor não perceberá adicional de exercício.

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Kennedy Nunes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 456, de 17 de agosto de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2072/2017,

RESOLVE: com fundamento no art. 2º, § 5º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, de 19/12/2003,

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **AZUIR ADILIO DO NASCIMENTO**, matrícula nº 2041, ocupante do cargo de Analista Legislativo II, código PL/ALE-48, a contar de 03 de agosto de 2017.

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente
Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária
Deputado Kennedy Nunes - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

Aos nove dias do mês de maio de dois mil e dezessete, às treze horas e trinta minutos, na Sala de Reunião das Comissões, sob a Presidência do senhor Deputado Natalino Lázare, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 4ª Reunião Ordinária da Comissão Agricultura e

Política Rural, referente à 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos seguintes Deputados: Natalino Lázare, César Valduga, Pe. Pedro Baldissera e Altair Silva, substituindo o Deputado José Milton Scheffer. Foram justificadas as ausências dos Deputados Mauro de Nadal, Dóia Guglielmi e Valdir Cobalchini. Também estava presente Ivan Ramos, Diretor Executivo da Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina (FECOAGRO). Havendo quórum regimental, o senhor **Presidente** abriu a reunião colocando em discussão e votação a ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. A

seguir, o senhor **Presidente** propôs um debate a respeito do processo produtivo do milho e disse que na última safra houve uma superação na produção, mas não houve uma superação do preço. O senhor **Presidente** salientou que esse assunto será debatido no "Fórum mais milho" evento promovido pelo Canal Rural no dia treze de junho de dois mil e dezessete no município de Chapecó, Santa Catarina, envolvendo os Secretários de Agricultura dos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. O senhor **Presidente** destacou que este momento é propício para o Governo Federal formar estoques reguladores e, também solucionar o problema de armazenamento. A seguir, o senhor **Presidente** passou a palavra para o Diretor Executivo da FECOAGRO, senhor **Ivan Ramos**, que repassou informações referentes ao programa de incentivo ao plantio do milho no estado de Santa Catarina, promovido pelo Governo do Estado em parceria com as cooperativas. O senhor **Ivan Ramos** ressaltou que no último ano agrícola o Governo do Estado e as cooperativas por intermédio da FECOAGRO desenvolveram um programa que atendeu todos os portes de agricultores, possibilitando que a compra de insumos fosse financiada pelas cooperativas e a forma de pagamento fosse através da comercialização da produção. De acordo com o senhor **Ivan Ramos**, para garantir o estímulo ao plantio, foi implantado a venda futura, com uma margem mínima de trinta por cento. O senhor **Ivan Ramos** disse que poucos aderiram ao programa porque na época o preço do milho estava mais alto. Segundo o senhor **Ivan Ramos**, a área plantada aumentou pouco, mais a produtividade proporcionou um aumento de dezoito por cento na produção estadual de milho, com isso, espera-se colher três milhões e duzentas mil toneladas de milho. O senhor **Ivan Ramos** afirmou que para a próxima safra agrícola o programa irá continuar e, que no momento estão levantando dados referentes aos custos de produção. O senhor **Ivan Ramos** ressaltou que esse programa abrange três pontas, primeiro as cooperativas, que precisam vender insumos a prazo; segundo o Governo do Estado, que precisa subsidiar o seguro da lavoura; terceiro refere-se às agroindústrias, que precisam concordar em comprar com entrega futura. O senhor **Presidente** agradeceu ao senhor **Ivan Ramos** pela sua contribuição e passou a palavra para o senhor **Deputado Altair Silva**, o qual disse que o setor produtivo precisa trabalhar com planejamento. O senhor **Deputado Altair Silva** enalteceu a iniciativa da FECOAGRO com o apoio da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina, e ressaltou a importância da participação das agroindústrias para buscar o equilíbrio desta cadeia. Ressaltou ainda a importância do milho no Estado, como sendo o combustível que move a economia estadual. A seguir, o senhor **Presidente** passou a palavra para o senhor **Deputado César Valduga** que parabenizou o trabalho desenvolvido pela FECOAGRO, e relatou o aumento na produção de milho silagem no estado, o que gera um desequilíbrio na produção de milho. A seguir, o senhor **Presidente** passou a palavra para o senhor **Deputado Pe. Pedro Baldissera** que reforçou o assunto levantado sobre a produção de silagem e disse que a substituição da silagem pela pastagem reduziria os custos de produção da cadeia produtiva leiteira. O senhor **Deputado Pe. Pedro Baldissera** ressaltou a importância da garantia de preços mínimos para a comercialização dos produtos agrícolas. A seguir, o senhor **Presidente** passou a palavra para o senhor **Ivan Ramos** para sua conclusão, o qual relatou que hoje a produção de milho silagem corresponde a duzentos e dez mil hectares, ressaltando a necessidade de buscar alternativas para a produção de silagem que não seja o milho. O senhor **Ivan Ramos** relatou a existência de um programa de incentivo à implantação de pastagem, subsidiado pelo Governo do Estado, com carência de três anos, onde é fornecido um kit que estimula a plantação de pastagem e ressaltou que com pastagem e tecnologias adequadas os agricultores garantem maior rentabilidade na produção leiteira. O senhor **Ivan Ramos** também destacou a necessidade de diversificar os grãos utilizados na produção de ração, não concentrando apenas sobre o milho. Por fim, o senhor **Ivan Ramos** destacou duas medidas imediatas que devem ser tomadas, primeiro o planejamento, disse que o agricultor precisa planejar a produção, e segundo é a questão de armazenagem. A seguir, o senhor **Presidente** fez os encaminhamentos que serão tomados frente ao Fórum Mais Milho: primeiro é o apoio da política da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina com as Cooperativas no sentido de realizar a venda futura do milho, segundo, investimentos na armazenagem para formar estoques reguladores. A seguir, o senhor **Presidente** expôs a necessidade da realização de um seminário envolvendo os Secretários de Agricultura dos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul abordando o tema

eletrificação rural, com a intenção de unir forças para juntos irem a Brasília buscar recursos para melhoria da eletrificação rural. Os senhores deputados aprovaram o seminário. A seguir, o senhor **Presidente** apresentou um requerimento solicitando o adiamento da Audiência Pública intitulada "prejuízos causados às agroindústrias estaduais e os agricultores familiares, e o impacto na economia catarinense", requerida pelo senhor Deputado Dirceu Dresch. O requerimento foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor **Presidente** agradeceu a presença dos senhores Deputados e demais convidados e encerrou a presente reunião. E para constar, eu, secretária da Comissão, Michelli Burigo Coan da Luz, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Estadual Natalino Lázare

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

Aos seis dias do mês de junho de dois mil e dezessete, às treze horas e trinta minutos, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart. Wright, sob a Presidência do senhor Deputado Natalino Lázare, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 5ª Reunião Ordinária da Comissão Agricultura e Política Rural, referente à 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos seguintes Deputados: Natalino Lázare, José Milton Scheffer e Pe. Pedro Baldissera. Foram justificadas as ausências dos Deputados Mauro de Nadal, Valdir Cobalchini, Cesar Valduga e Dóia Guglielmi. O senhor **Presidente** abriu a reunião e parabenizou o senhor Deputado Pe. Pedro Baldissera pela Sexta Mostra do Vinho Catarinense. Em seguida, o senhor **Presidente** leu a ata da reunião anterior, mas por não ter quórum, a votação foi deixada para a próxima reunião. A seguir, o senhor **Presidente** falou sobre o seminário que será realizado dia vinte nove de junho para discutir a modernização da eletrificação rural em Santa Catarina, com a presença das comissões de agricultura dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná. Em seguida, o senhor **Presidente** passou a relatar o problema da alíquota do ICMS para a venda de suínos vivos. O senhor **Presidente** propôs que fosse encaminhado um ofício para o Secretário de Estado da Fazenda solicitando a redução da alíquota do ICMS para a venda de suínos vivos de doze por cento para seis por cento, como já acontece no estado do Rio Grande do Sul. A seguir, o senhor **Presidente** passou a palavra ao senhor **Deputado José Milton Scheffer** que falou que a Comissão de Agricultura e Política Rural não está pedindo nenhum benefício fiscal, mas sim uma equiparação, para que os produtores de suínos de Santa Catarina sejam tratados como os produtores de suínos do Rio Grande do Sul. O senhor **Presidente** passou a palavra ao senhor **Deputado Pe. Pedro Baldissera** que disse ser oportuno o encaminhamento do ofício para o Secretário de Estado da Fazenda. Nada mais havendo a tratar, o senhor **Presidente** agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião. E para constar, eu, secretária da Comissão, Michelli Burigo Coan da Luz, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Estadual Natalino Lázare

Presidente

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 0621.9/2017

OF Nº 1008/2017 Tubarão (SC), 10 de agosto de 2017
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Universidade Catarinense Livre do Meio Ambiente (UNICALIVRE), de Tubarão, referente ao exercício de 2016.
Amandio Evangelista Mendes
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/08/17

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 0622.0/2017

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Ouro Verde, referente ao exercício de 2016.
Elizabeth Rodrigues dos Santos Siqueira
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/08/17

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 0623.0/2017

Ofício nº 041/CVN Navegantes, 27 de julho de 2017
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Cruz Vermelha, filial do Município de Navegantes, referente ao exercício de 2016.

Eleonora da Luz Pereira
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 16/08/17

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 0624.1/17

Joinville, 25 de julho de 2017.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Santa Luiza Marillac, referente ao exercício de 2016.

Dalila Pereira da Silva
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/08/17

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 1633, de 17 de agosto de 2017**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2151/2017,

RESOLVE:

ALTERAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora JAMILE SCAINI DUTRA, matrícula nº 7824, fazendo constar como sendo **JAMILE SCAINI DUTRA JACINTO**, alteração definida nos termos da certidão exarada pelo Cartório Fernandes - Criciúma/SC.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1634, de 17 de agosto de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que a servidora abaixo relacionada exerce

Atividade Parlamentar Externa, a contar de 17 de agosto de 2017.

Gabinete do Deputado Nilson Gonçalves

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7767	JANARA CHEREM MORELLI	FLORIANÓPOLIS

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1635, de 17 de agosto de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **JOAO GABRIEL PEREIRA ZIMMERMANN**, matrícula nº 7211, na MD - Controladoria-Geral, a contar de 1º de setembro de 2017.

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 0295.8/2017**

Institui o selo Lugar Amigo da Amamentação.
Art. 1º Fica instituído, no Estado de Santa Catarina, o Selo Lugar Amigo da Amamentação.

Parágrafo único: O selo de que trata o caput será conferido aos estabelecimentos que, comprovadamente, estabelecerem ações de promoção, proteção e apoio à prática do aleitamento materno.

Art. 2º É prerrogativa do estabelecimento de aderir à iniciativa utilizar o selo Lugar Amigo da Amamentação em suas peças publicitárias e ser citado nas publicações promocionais oficiais.

Art. 3º São objetivos desta Lei:

I - divulgar a Lei estadual nº 16.396, de 4 de junho de 2014, e estabelecer ações relacionadas ao estímulo ao aleitamento materno;
II - fomentar a cooperação com a sociedade civil organizada, que atua em defesa da amamentação, para o desenvolvimento de atividades de promoção da alimentação saudável e de apoio ao aleitamento materno;

III - sensibilizar e conscientizar a sociedade sobre os benefícios e importância do aleitamento materno;

IV - o estímulo, incentivos e facilidades fiscais estaduais às empresas beneficiadas com o Selo;

V - promoção e prevenção em saúde;

VI - a amamentação sob livre demanda;

VII - o acolhimento das mulheres e crianças de modo que não se intimidem a exercer o direito de alimentação natural;

VIII - ambientes não hostis à amamentação;

IX - outras medidas que visem estimular a prática do aleitamento materno.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado CESAR VALDUGA

Lido no Expediente

Sessão de 17/08/17

JUSTIFICATIVA

Cientificamente, já estão comprovados os benefícios que a amamentação exclusiva até os 6 meses e prolongada até os 2 anos traz, tanto para a mãe quanto para o bebê.

Bebês não amamentados adoececem 68 vezes mais que os amamentados. O aleitamento materno protege significativamente a saúde e a sobrevivência de bebês e de crianças pequenas. Na vida adulta, os que foram amamentados têm menos chance de desenvolver obesidade, diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares. A amamentação também ajuda a preservar a saúde e o bem-estar das mães, tanto em curto como em longo prazo.

É por meio do aleitamento materno que o recém-nascido recebe os nutrientes necessários para o organismo, por isso, é essencial que eles sejam alimentados durante os primeiros seis meses exclusivamente com leite materno. Porém, no mundo isso acontece com menos de um em cada três bebês. A partir dos seis meses podem ser acrescentados alimentos complementares, de preferência na forma pastosa, associados com a amamentação, que ainda deverá ser mantida por dois anos ou mais.

Vale lembrar que a malnutrição responde por uma em cada três mortes entre crianças menores de 5 anos, sendo mais de dois terços associadas à alimentação inapropriada no primeiro ano de vida da criança.

Para a mulher: diminui o risco de câncer de mama e ovário, doenças cardiovasculares e diabetes. Para os bebês as vantagens são ainda maiores: a sucção colabora para o desenvolvimento da arcada dentária, da fala e da respiração correta, o leite materno protege a criança contra doenças como anemia, alergias, infecções, obesidade e intolerância ao glúten.

Todos os anos, no mês de agosto, na semana mundial de aleitamento materno, esses benefícios e outros temas que envolvem a amamentação são debatidos e atualizados, um desses temas é o direito das mães amamentarem seus filhos em ambientes públicos. Apesar de parecer algo inofensivo e natural, muitas mulheres sofrem preconceito e se sentem constrangidas de alimentar seus filhos em determinados lugares.

Profissionais da saúde reforçam que esse ato deveria ser encarado como algo natural e até incentivado, pois além dos benefícios físicos, existem benefícios psicológicos e emocionais relacionados à amamentação e que para obter o máximo dos benefícios a amamentação deve ser em livre demanda, isto é, conforme a demanda do bebê, sem horários pré-estabelecidos.

Os índices de amamentação no Brasil ainda estão longe do ideal. Mesmo havendo maciças campanhas e políticas específicas de incentivo do aleitamento materno, a média de tempo de aleitamento materno exclusivo é de 51 dias de vida do bebê.

Portanto, qualquer movimento que possa restringir esse ato, pode ser considerado um desfavor à saúde pública, pois não basta a mulher estar informada das vantagens do aleitamento materno e optar por essa prática, para levar adiante sua opção, ela precisa estar inserida em um ambiente favorável à amamentação.

Sendo assim, tanto a liberdade da mulher para amamentar, quanto a aceitação por parte da sociedade de que esse ato deve ser encarado como um direito do bebê à alimentação saudável, livre e adequada, deve ser garantida.

Por oportuno, convém ressaltar que o estado de Santa Catarina tem se destacado no cenário nacional por criar leis que estabelecem e asseguram direitos que visam: a) o protagonismo e empoderamento das mulheres antes, durante e pós o parto; b) a humanização do parto, c) a amamentação sob livre demanda e d) o combate à odiosa prática de violência obstétrica.

Neste sentido, podemos destacar as Leis de n. 16.396, de 4 de junho de 2014, que institui a garantia e o direito de as mães amamentarem seus filhos nos recintos coletivos de acesso público dos estabelecimentos comerciais; Lei 16.596, de 19 de janeiro de 2015, que instituiu a Semana Estadual de Conscientização dos Direitos das Gestantes; Lei 16.869, de 15 de janeiro de 2016, que assegurou a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato e a Lei 17.097, de 17 de janeiro de 2017, que combate à Violência Obstétrica, sendo todas de autoria da ex-deputada estadual Angela Albino (PCdoB).

Por fim, destaca-se que a presente proposição foi elaborada tendo por parâmetro proposição semelhante, deflagrada no estado do Rio Grande do Sul, por iniciativa da deputada estadual, Manuela d'Ávila, também do PCdoB, que institui a Campanha Lugar Amigo da Amamentação, com escopo de promover a naturalização e o acolhimento da mãe e criança durante a salutar prática de aleitamento materno.

Por termos convicção que a aprovação da presente proposição trará inúmeros benefícios para a mãe e o bebê e contribuirá para a criação de ambientes não hostis à amamentação, solicito dos meus nobres pares a célere tramitação e aprovação da matéria.

Deputado CESAR VALDUGA

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0296.9/2017

Institui o selo Lugar Amigo do Parto Humanizado.

Art. 1º Fica instituído, no Estado de Santa Catarina, o Selo Lugar Amigo do Parto Humanizado.

Parágrafo único: O selo de que trata o *caput* será conferido aos estabelecimentos de saúde que, comprovadamente, estabelecerem ações de promoção, proteção e apoio à prática do aleitamento materno e de humanização do parto.

Art. 2º É prerrogativa do estabelecimento que aderir à iniciativa utilizar o selo Lugar Amigo do Parto Humanizado em suas peças publicitárias e ser citado nas publicações promocionais oficiais.

Art. 3º São objetivos desta Lei:

I - assegurar a atenção humanizada à mulher e ao bebê;

II - incentivar ações de estímulo ao parto normal e redução de cesáreas desnecessárias;

III - estimular a redução de intervenções desnecessárias no processo de assistência ao parto normal e conseqüentemente os seus agravos;

IV - incentivar a capacitação das equipes de saúde para o pré-natal e/ou parto humanizado, o incentivo e manejo do aleitamento materno e atendimento respeitoso e acolhedor à mulher e ao bebê;

V - estimular que os estabelecimento de saúde adotem as boas práticas no atendimento ao parto e rejeitem procedimentos não recomendados pela Organização Mundial da Saúde e Ministério da Saúde, respeitando assim o processo fisiológico do nascimento;

VI - respeitar a autonomia e o protagonismo da mulher, incentivando a construção do plano de parto;

VII - garantir às mulheres, além da presença do acompanhante de sua livre escolha, o acompanhamento de doula para lhe oferecer apoio físico e/ou emocional, ambos durante o pré-parto, parto e pós-parto;

VIII - incentivar as mulheres a caminhar e a se movimentar durante o trabalho de parto, se desejarem, e a adotar posições de sua escolha durante o parto;

IX - garantir às mulheres, ambiente tranquilo e acolhedor, com privacidade e iluminação suave durante o trabalho de parto e parto/cesariana;

X - disponibilizar métodos não farmacológicos de alívio da dor, tais como, banheira ou chuveiro, massageadores/massagens, bola de pilates, compressas quentes e frias;

XI - assegurar cuidados que reduzam procedimentos invasivos, tais como rupturas de membranas, aspiração nasofaringeana do recém-nascido, episiotomias, manobra de Kristeller, tricotomia, enema, aceleração ou indução do parto, partos instrumentais ou cesarianas;

XII - disponibilizar líquidos e alimentos leves para que a mulher possa consumir ao longo do trabalho de parto;

XIII - garantir leito privativo a mulheres internadas que tenham passado por processo de abortamento ou óbito fetal;

XIV - assegurar que a mulher possa ter a percepção do parto como experiência plena de respeito, cuidado e acolhimento;

XV - outras medidas que visem estimular a prática do contato pele a pele do recém-nascido com a mãe imediatamente após o parto e do aleitamento materno desde a primeira hora do nascimento, mesmo em nascimento por via cirúrgica;

XVI - a divulgação da Lei nº 16.396, de 4 de junho de 2014, Lei nº 16.869, de 15 de janeiro de 2016, Lei nº 17.097, de 17 de janeiro de 2017 e Lei federal nº 11.108, de 7 de abril de 2005.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado CESAR VALDUGA

Lido no Expediente

Sessão de 17/08/17

JUSTIFICATIVA

O parto e o nascimento de um filho são processos que devem ser concebidos e tratados como fenômenos naturais e fisiológicos que envolvem fatores biopsicossociais, além de culturais e sentimentais.

Cada parto é único e, por isso, a experiência, o rito de passagem que marca o fim de um ciclo da fase de gestação e início de uma nova vida, de um novo ser, e o nascimento de uma família, deve ser realizado de modo que a parturiente seja acolhida e tenha suas vontades respeitadas.

Ser bem acolhida em seu parto aumenta sua auto-estima, a torna mais forte e autoconfiante. Infelizmente, muitas mulheres brasileiras são desrespeitadas ou sofrem maus tratos durante o trabalho de parto, parto ou pós-parto em instituições de saúde.

Em que pese o conceito de humanização do parto ser diversificado, existe um movimento que o define como processo que valoriza cada mulher individualmente, que estima cada uma como protagonista do parto, enquadrando-se a assistência prestada à crença, cultura, diversidade de opiniões e valores.

Humanizar o parto é incluir a atuação de técnicas aos preceitos éticos e morais, respeitando a individualidade do ser humano. Assim, humanizar o ato de parir é criar condições próprias para respeitar todas as dimensões da mulher como ser humano, sejam elas espirituais, psicológicas e biológicas. Todas as circunstâncias que envolvem cada parturiente em particular precisam ser respeitadas e as intervenções de saúde relacionadas à interação entre os sujeitos também, cuidadores e pacientes.

A humanização do parto é mais que uma escolha. É um direito conquistado para que todas as mães e bebês sejam respeitados no pré-natal, no parto e no pós-parto, fazendo desse momento tão especial uma experiência plena de respeito, cuidado e acolhimento.

Por oportuno, convém ressaltar que o estado de Santa Catarina tem se destacado no cenário nacional por criar leis que estabelecem e asseguram direitos que visam: a) o protagonismo e empoderamento das mulheres antes, durante e pós o parto; b) a humanização do parto, c) a amamentação sob livre demanda e d) o combate à odiosa prática de violência obstétrica.

Neste sentido, podemos destacar as Leis estaduais de n. 16.396 de 4 de junho de 2014, que garante o direito de as mães amamentarem seus filhos nos recintos coletivos de acesso público dos estabelecimentos comerciais; Lei 16.596, de 19 de janeiro de 2015, que institui a Semana Estadual de Conscientização dos Direitos das Gestantes; Lei 16.869, de 15 de janeiro de 2016, que assegura a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, e a Lei 17.097, de 17 de janeiro de 2017, que combate à Violência Obstétrica, sendo todas de autoria da ex-deputada estadual Angela Albino (PCdoB).

Por termos convicção que a aprovação da presente proposição trará inúmeros benefícios para a mãe e o bebê e contribuirá para a criação de ambientes acolhedores para a humanização do parto, solicito dos meus nobres pares a célere tramitação e aprovação da matéria.

Deputado CESAR VALDUGA

*** X X X ***